

## Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI): adesão inicial e monitoramento dos dados do fluxo escolar

### Resumo

O presente artigo tem como objeto de análise o Programa Ensino Médio Inovador. Abordou-se o momento inicial da adesão e a relação deste Programa com os dados do fluxo escolar. Para tanto monitorou-se os resultados de abandono e de reprovação escolar e verificou-se as possíveis contribuições do ProEMI no movimento destes dados, bem como se este movimento sinalizou alguma tendência para o cenário nacional. O campo investigado abrangeu 339 escolas estaduais que aderiram ao Programa em 2009 e que deram continuidade em 2011, distribuídas em 17 estados e no Distrito Federal. Como procedimento metodológico, realizou-se a análise documental tendo por base as propostas dos Documentos Orientadores do ProEMI, assim como o levantamento dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Como resultado da análise foram identificadas quatro tendências diferentes no movimento do fluxo escolar dos estados analisados e dos seus conjuntos de escolas estaduais com e sem o ProEMI.

**Palavras-chave:** Programa Ensino Médio Inovador. ProEMI. Fluxo escolar. Ensino Médio.

### Vivian Isleb

Secretaria de Estado da Educação do Paraná  
Secretaria Municipal de Educação de Curitiba  
vivianisleb@hotmail.com

## Introdução

No cumprimento de sua tarefa redistributiva, supletiva e de apoio junto aos estados, o Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Básica, criou em 2009, o Programa Ensino Médio Inovador com a intenção de dialogar com as Secretarias de Estado da Educação (incentivando o desenvolvimento de ações e políticas educacionais para o Ensino Médio) e com as escolas (propondo mudanças curriculares). O Programa foi instituído pela Portaria nº 971, de 09/10/2009 e tem como público alvo as escolas públicas de Ensino Médio.

Dentre as suas finalidades, o Programa busca induzir mudanças curriculares, ampliar a carga horária, incentivar práticas pedagógicas diferenciadas e contribuir para o enfrentamento da reprovação e do abandono escolar.

Desde a sua criação, foram publicadas três versões do Documento Orientador do ProEMI (Brasil, MEC/SEB, 2009e; 2011c; 2013), que oferecem subsídios e orientações voltadas à implantação, implementação, acompanhamento e avaliação do Programa. A partir das propostas que são anunciadas para o enfrentamento da reprovação e do abandono escolar, problematizou-se: em que medida o ProEMI pode ter contribuído para uma alteração nos dados do fluxo escolar do conjunto de escolas participantes de cada estado, que fez a adesão em 2009 e que deu continuidade em 2011?

Com base nesta questão norteadora objetivou-se a análise do fluxo escolar nos primeiros estados que fizeram a adesão ao ProEMI, de modo a permitir a comparabilidade entre as escolas estaduais que aderiram e aquelas que não aderiram ao Programa. Da mesma maneira, averiguou-se em que medida o ProEMI pode ter contribuído para o movimento das taxas de abandono e reprovação escolar, bem como se este movimento sinalizou alguma tendência para o cenário nacional.

Como parte dos encaminhamentos metodológicos para coleta e análise dos dados, utilizou-se as versões do Documento Orientador do ProEMI (Brasil, MEC/SEB, 2009e; 2011c; 2013) e o levantamento dos dados de matrícula, abandono e reprovação do período de 2007-2011<sup>1</sup>, disponibilizados no site do INEP (Indicadores Educacionais da

---

<sup>1</sup> Para fins de acompanhamento das taxas do fluxo escolar, definiu-se pelo levantamento dos dados dos três

Educação Básica/Taxas de Rendimento e os Microdados/Censo Escolar). Assim, foram investigados os dados de fluxo escolar do conjunto de escolas estaduais não participantes do Programa e do conjunto de escolas com o ProEMI (339 unidades escolares, que iniciaram em 2009 e deram continuidade em 2011), distribuídas nos 17 estados participantes e no Distrito Federal.

Para efeito desse texto, sistematizou-se e organizou-se o conteúdo em quatro seções. Primeiramente apresentam-se breves considerações acerca do ProEMI. A segunda seção traz os resultados e a análise dos dados. Em seguida, levantam-se algumas hipóteses analíticas e por fim, as considerações finais.

## 1. ProEMI: Breves considerações<sup>2</sup>

A criação do ProEMI pode ter sido decorrente de alguns fatores, dentre eles: o cenário atual do Ensino Médio<sup>3</sup>; assim como, os dois movimentos importantes que resultaram nos Documentos “*Ensino Médio Integrado: uma perspectiva abrangente na política pública educacional*”<sup>4</sup> e “*Reestruturação e expansão do Ensino Médio no Brasil – GT Interministerial*”<sup>5</sup>; somados à divulgação dos dados desta última etapa da Educação Básica apresentados pelo IDEB, referentes ao ano de 2007. Estes fatores podem ter motivado, subsidiado e contribuído para a origem e formulação do ProEMI, uma vez que

---

anos anteriores e dos dois anos posteriores a implantação do ProEMI.

<sup>2</sup> Importante ressaltar que devido a criação e implantação recente do ProEMI são poucas as discussões relacionadas a este Programa na literatura especializada.

<sup>3</sup> A saber, universalização do acesso, permanência, consolidação da identidade e da organização curricular centrada nos sujeitos, dentre outros.

<sup>4</sup> O documento propunha a criação da Política Nacional para o Ensino Médio, que apresentava um projeto único para todo o Ensino Médio, de maneira a articular todas as modalidades desta etapa da educação e com uma organização curricular que tinha o trabalho como princípio educativo integrado aos eixos da ciência, da tecnologia e da cultura, dimensões estas, importantes e necessárias para formação humana. Este documento não foi publicado e tem sua circulação restrita.

<sup>5</sup> O Grupo de Trabalho Interministerial foi instituído pela Portaria nº. 1189 de 05 de dezembro de 2007 e pela Portaria nº. 386 de 25 de março de 2008. Como resultado do trabalho produzido por este GT, foi proposto a criação do Programa Ensino Médio Nacional, como uma nova ação do Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE e com a finalidade de ofertar um ensino de qualidade aos jovens. A elaboração da nova proposta indicava similaridades e o mesmo aporte conceitual apresentado no Documento “*Ensino Médio Integrado: uma perspectiva abrangente na política pública educacional*”, tais como, a centralidade dos sujeitos na definição da proposta pedagógica e articulação e integração dos eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

este Programa traz as marcas de cada um destes movimentos e do contexto histórico recente.

Como parte do processo inicial de sua elaboração, foi encaminhado, em caráter consultivo, a versão preliminar do Programa para o Conselho Nacional de Educação, em Abril de 2009. Por meio do Parecer CNE nº 11/2009 a criação do ProEMI foi autorizada e foram apontadas relevantes contribuições conceituais e operacionais para a formulação deste Programa.

Em Setembro de 2009, o MEC/SEB/Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica (DCOCEB)/Coordenação Geral do Ensino Médio (COEM) publicou o primeiro Documento Orientador do ProEMI (Brasil, MEC/SEB, 2009e). Em seguida, o Programa foi instituído pela Portaria nº 971, de 09 de Outubro de 2009. Em 2011 e em 2013, foram publicadas outras versões do Documento Orientador do ProEMI<sup>6</sup> (Brasil, MEC/SEB, 2011c; 2013).

Desde a sua criação o ProEMI tem a finalidade de induzir mudanças na organização curricular das escolas de Ensino Médio, pautando-se na ampliação do tempo e na alteração das práticas pedagógicas que atendam aos anseios dos jovens. Para isso é destinado apoio técnico e financeiro aos seus participantes.

Os Documentos Orientadores do ProEMI (Brasil, MEC/SEB, 2009e; 2011c; 2013) trazem orientações que visam subsidiar o processo de implantação e implementação do Programa, assim como apresentam propostas para o enfrentamento do abandono e da reprovação escolar, dentre elas: a reorganização do tempo, dos espaços, do currículo, das práticas pedagógicas; o acompanhamento dos dados do fluxo escolar e dos recursos financeiros. Estas propostas podem incidir no movimento de mudanças na organização do trabalho pedagógico da escola ao repensar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e podem ter expressão no fluxo escolar.

---

<sup>6</sup> Ressalta-se que os resultados divulgados pelo IDEB, nos anos 2009 e 2011, podem ter influenciado as mudanças nas configurações e/ou na consolidação do ProEMI.

## 2. Resultados da pesquisa

### 2.1. Adesão ao ProEMI- 2009

Como uma maneira de estimular a adesão e de induzir as mudanças propostas, o ProEMI disponibiliza recursos financeiros aos participantes. A adesão dos estados vem ocorrendo voluntariamente e as escolas estaduais que ofertam Ensino Médio são indicadas pelas Secretarias de Estado da Educação.

No ano de sua criação e implantação, 17 estados (Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe) e o Distrito Federal fizeram a primeira adesão ao ProEMI, representando assim 66,67% de participação dos entes federados.

De acordo com dados disponibilizados pela COEM, inicialmente 354 unidades escolares implantaram o ProEMI. A indicação das escolas não ocorreu de maneira linear entre os estados, como por exemplo, o Paraná (83), o Pará (31) e Goiás (26) selecionaram o maior número de escolas, enquanto o Piauí, o Mato Grosso e o Amazonas escolheram apenas sete instituições (cada um).

Uma das possíveis explicações para falta de paridade na indicação das escolas pode ter sido o limite de recursos financeiros do governo federal para disponibilizar aos participantes. Ressalta-se que no ano de sua criação e de acordo com o Parecer CNE nº11/2009, o ProEMI foi considerado uma proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio, de caráter experimental. Este caráter experimental poderia justificar também a política educacional por adesão e a sua tímida implantação inicial.

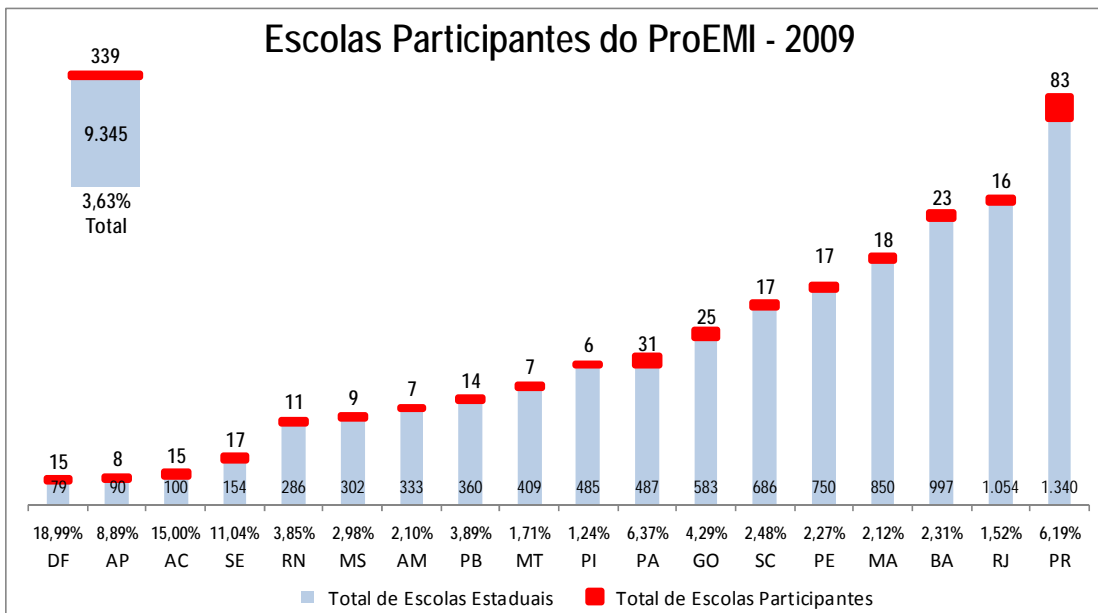
Ao verificar as escolas que iniciaram o Programa em 2009 (354) e aquelas que deram continuidade em 2011 (339), foi possível identificar que 15 escolas desistiram<sup>7</sup>, dentre elas 5 unidades foram de Pernambuco e 4 foram do Distrito Federal.

---

<sup>7</sup> Não foi possível investigar as causas das desistências.

O movimento inicial da implantação do ProEMI pode ser acompanhado a partir dos dados que demonstram as taxas de adesão absoluta e relativa das escolas estaduais, conforme mostra o gráfico 1:

**Gráfico 1: Adesão ao ProEMI – 2009**



Fonte: Indicadores Educacionais da Educação Básica/Taxas de Rendimento/INEP– 2009b. Listagem disponibilizada pela COEM/SEB/MEC, exercício 2010.

O universo investigado (17 estados e o Distrito Federal e 339 unidades escolares) representou apenas 3,63%, do total de escolas estaduais brasileiras. Mesmo que esta quantidade seja considerada pouco representativa, foi possível analisar o primeiro movimento do fluxo escolar após a implantação do ProEMI.

O Distrito Federal (18,99%), o Acre (15,00%) e o Sergipe (11,04%) foram os estados que apresentaram a maior adesão relativa à quantidade total de escolas estaduais. Devido a quantidade de escolas participando do ProEMI nestes estados, pode haver maior possibilidade de contribuições do Programa nos resultados do fluxo escolar.

Em contrapartida os estados com a menor adesão foram o Piauí (1,24%), o Rio de Janeiro (1,52%) e o Mato Grosso (1,71%). Nestes casos, as contribuições do ProEMI podem ser pouco expressivas nos dados de reprovação e de abandono escolar.

Especialmente no Paraná foi selecionado o maior número de escolas (83). Neste estado é possível encontrar o maior número de professores e de alunos envolvidos no processo de implementação do ProEMI, ainda que relativamente no conjunto de escolas estaduais, a adesão represente apenas 6,19%.

É importante ressaltar que a adesão inicial pode não ter resultado na implantação imediata do Programa por parte dos estados e das escolas indicadas. O começo e/ou a continuidade das ações propostas podem estar atrelados ao recebimento e a utilização dos recursos financeiros. Tal fator pode refletir de diversas maneiras nos dados do fluxo escolar.

## 2.2. Abandono e Reprovação escolar

Para que fosse possível identificar as contribuições do ProEMI e estabelecer algumas comparações, o levantamento dos índices de abandono e de reprovação foi realizado em cada estado investigado, no seu conjunto de escolas estaduais que fizeram a adesão e no seu conjunto de escolas estaduais que não participaram do Programa. O quadro 1 mostra o movimento de diminuição das taxas de abandono e de reprovação escolar:

**Quadro 1: Diminuição das taxas de abandono e de reprovação escolar**

Diminuição da taxa	Abandono		Reprovação	
	(quantidade-percentual)		(quantidade-percentual)	
Conj. Escolas <b>COM</b> ProEMI	16 estados e o DF <sup>8</sup>	94%	6 estados e o DF <sup>9</sup>	39%
Conj. Escolas <b>SEM</b> o ProEMI	14 estados e o DF <sup>10</sup>	83%	4 estados e o DF <sup>11</sup>	28%

Fonte: Indicadores Educacionais da Educação Básica/Taxas de Rendimento/INEP– 2007a, 2008a, 2009b, 2010a, 2011a.

<sup>8</sup> Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe.

<sup>9</sup> Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina.

<sup>10</sup> Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe.

<sup>11</sup> Acre, Amazonas, Distrito Federal, Pará, Santa Catarina.

Constatou-se um movimento geral de queda do abandono escolar nos dois conjuntos de escolas analisadas. No entanto, os resultados foram mais significativos no conjunto de escolas com o Programa. Neste caso, o ProEMI no conjunto de ações, de programas e de políticas em andamento, pode ter contribuído para a melhoria deste índice em 16 estados e no Distrito Federal, representando assim 94%.

Cabe ressaltar que as taxas de abandono também diminuíram em 14 estados e no Distrito Federal, no conjunto de escolas que não aderiram ao Programa, representando 83%, ou seja, outras ações desenvolvidas em âmbito estadual podem ter contribuído para os melhores resultados do fluxo escolar no conjunto de escolas estaduais.

Pareceu haver maior preocupação por parte do conjunto das escolas estaduais com os índices de abandono. A existência do ProEMI ou de outros programas e ações no interior das escolas estaduais pode ter resultado em um movimento maior, no sentido de cobrar ações voltadas para o enfrentamento do abandono escolar.

No que se refere à reprovação escolar, foi possível encontrar um movimento de melhoria deste índice, mesmo que tenha ocorrido em poucos estados. Entretanto, a diminuição dos dados de reprovação foi mais significativa no conjunto de escolas com o ProEMI, em 6 entes federados e no Distrito Federal, representando 39%. Em comparação, apenas 4 estados e o Distrito Federal (28%) e o seu conjunto de escolas sem o Programa conseguiram reduzir este índice.

Mesmo que os resultados de abandono e de reprovação escolar tenham sido melhores nas escolas com o ProEMI, não é possível afirmar que a queda destes índices tenha sido exclusivamente decorrente e/ou não da implantação deste Programa.

Além da diminuição das taxas de abandono e de reprovação escolar, também foi identificado um aumento destes dados, conforme mostra o quadro 2:



**Quadro 2: Aumento das taxas de abandono e de reprovação escolar**

Aumento da taxa	Abandono (quantidade-percentual)		Reprovação (quantidade-percentual)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Conj. Escolas <b>COM</b> ProEMI	1 estado <sup>12</sup>	6%	11 estados <sup>13</sup>	61%
Conj. Escolas <b>SEM</b> o ProEMI	1 estado <sup>14</sup> 2 estados (estáveis) <sup>15</sup>	6% 11%	11 estados <sup>16</sup> 2 estados (estáveis) <sup>17</sup>	61% 11%

Fonte: Indicadores Educacionais da Educação Básica/Taxas de Rendimento/INEP– 2007a, 2008a, 2009b, 2010a, 2011a.

O aumento da taxa de abandono escolar foi pouco expressivo no conjunto de escolas com e sem o ProEMI, representando apenas 6%. Mesmo com pequenas oscilações nos seus resultados de abandono e reprovação, dois estados (11%) mantiveram os seus dados estáveis.

Em contrapartida ao pequeno movimento de melhoria (apontado no quadro 1), foi possível identificar uma elevação significativa dos índices de reprovação na maioria dos estados e em ambos os conjuntos de escolas investigadas.

Pode-se afirmar que as altas taxas de reprovação das escolas estaduais se constituem uma grande problemática do Ensino Médio que precisa ser enfrentada. Além disso, conseguir a permanência do aluno na escola nesta etapa da Educação Básica, não necessariamente tem refletido na melhoria da aprendizagem. Do mesmo modo a reprovação escolar não significa que o aluno não tenha aprendido.

<sup>12</sup> Santa Catarina.

<sup>13</sup> Acre, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe.

<sup>14</sup> Santa Catarina.

<sup>15</sup> Paraíba e Amazonas.

<sup>16</sup> Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraná. Rio Grande do Norte e Sergipe.

<sup>17</sup> Paraíba e Rio de Janeiro.

### 2.3. Tendências do fluxo escolar

Acompanhar a tendência do fluxo escolar dos estados analisados, no período de 2007-2011, se configura em outra maneira de monitorar a implantação inicial do ProEMI. A análise dos dados de matrícula, de abandono e de reprovação escolar permitiram a identificação das possíveis contribuições do ProEMI em cada ente federado participante.

O quadro 3 traz as quatro tendências (Tendência I, Tendência II, Tendência III e tendência IV) encontradas no movimento do fluxo escolar e os estados que compõem cada uma delas:

**Quadro 3: Tendências do fluxo escolar (2007-2011)**

Tendências	Estados	%	Matrícula Escolas SEM o ProEMI	Matrícula Escolas COM o ProEMI	Abandono Escolas SEM o ProEMI	Abandono Escolas COM o ProEMI	Reprovação Escolas SEM o ProEMI	Reprovação Escolas COM o ProEMI
Tendência I	-Bahia -Goiás -Maranhão -Paraná	22%	↓	↓	↓	↓	↑	↑
Tendência II	-Pará -Paraíba -Piauí -Rio Grande do Norte -Rio de Janeiro	28%	↓	↓	↓	↓	↕	↕
Tendência III	-Acre -Amapá -Sergipe -Santa Catarina -Mato Grosso do Sul	28%	↓	↑	↕	↕	↕	↕
Tendência IV	-Amazonas -Mato Grosso -Pernambuco -Distrito Federal	22%	↑	↑	↔	↔	↕	↕

Fonte: Indicadores Educacionais da Educação Básica/Taxas de Rendimento/INEP- 2007a, 2008a, 2009b, 2010a, 2011a. Microdados/Censo Escolar da Educação Básica/INEP- 2007b, 2008b, 2009c, 2010b, 2011b.

Na Tendência I os quatro estados analisados (Bahia, Goiás, Maranhão e Paraná) e o seu conjunto de escolas com e sem o ProEMI apresentam a diminuição do total de matrículas, a redução do abandono e o aumento da reprovação escolar.

Conforme identificado nesta tendência a elevação dos índices de reprovação, em ambos os conjuntos de escolas, pode ter refletido na queda das matrículas do Ensino Médio.

Devido ao movimento comum do fluxo escolar encontrado nos dois conjuntos de escolas, não se pode afirmar que o ProEMI contribuiu para alguma mudança nos resultados de matrícula, de abandono e de reprovação. Ao estabelecer a comparação entre o conjunto de escolas, reconheceu-se que as unidades participantes não apresentaram alterações nos dados do fluxo escolar após a implantação do ProEMI.

Identificou-se também na primeira tendência, a redução do índice de abandono escolar que pode ser decorrente do maior enfrentamento das questões ligadas a esta problemática, desenvolvidas por meio de ações, programas e políticas educacionais por parte das Secretarias de Estado da Educação e das escolas estaduais (vinculadas ou não ao ProEMI).

No que se refere à Tendência II os cinco estados participantes (Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro) e o seu conjunto de escolas com e sem o ProEMI apresentam queda do total de matrículas e da taxa de abandono.

O índice de reprovação apresenta movimentos iguais ou diferentes entre os dois conjuntos de escolas de um mesmo estado. Como por exemplo, ambos os conjuntos de escolas da Paraíba conseguiram reduzir os índices de reprovação. Já o conjunto de escolas com o ProEMI do Piauí e do Rio Grande do Norte diminuíram suas taxas enquanto o conjunto de escolas sem o Programa aumentaram os seus resultados. O movimento inverso ocorreu no Pará.

Com base nos dados encontrados nesta segunda tendência, o Rio Grande do Norte, o Piauí e a Paraíba podem ter influências do ProEMI tanto na redução das taxas de abandono quanto na queda das taxas de reprovação escolar. Em contrapartida o Rio de Janeiro e o Pará mostraram a elevação dos índices de reprovação no conjunto de escolas participantes do Programa.

A diminuição dos dados de abandono em ambos os conjuntos de escolas da segunda tendência, como já evidenciado anteriormente, podem estar vinculados ao desenvolvimento de ações, programas e políticas educacionais prioritárias voltadas ao enfrentamento desta problemática, tanto por parte das escolas quanto das Secretarias de Estado da Educação.

Interessante destacar que nos cinco estados (Acre, Amapá, Sergipe, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul) que fazem parte da Tendência III, somente escolas com o Programa apresentam a redução das matrículas, este fato merece atenção. Tal redução pode ser decorrente de vários fatores, assim como: falta de interesse dos alunos pelo ProEMI; o Programa não atinge os reais interesses e necessidades das comunidades escolares; dificuldades encontradas pelas escolas na implantação das mudanças propostas pelo ProEMI; os limites encontrados por estas escolas demandam outras ações para além das políticas curriculares, dentre outras.

No que diz respeito às taxas de abandono e reprovação, movimentos semelhantes e/ou diferentes foram encontrados entre o conjunto de escolas com e sem o Programa de um mesmo estado, conforme mostram os quatro exemplos a seguir.

O primeiro é a queda das taxas de abandono em ambos os conjuntos de escolas, no Acre, no Amapá, no Sergipe e no Mato Grosso do Sul.

O segundo exemplo é o movimento encontrado no estado de Santa Catarina: no conjunto de escolas sem o Programa, houve a estabilização dos índices de reprovação e de abandono escolar; já as escolas com o ProEMI aumentaram o abandono e reduziram a reprovação.

Outro caso é o aumento da reprovação nos dois conjuntos de escolas do Amapá e do Sergipe.

O último exemplo mostra que as escolas participantes do ProEMI do Mato Grosso do Sul tem a queda dos índices de reprovação e de abandono, que pode ser decorrente das contribuições do ProEMI e/ou de demais ações, programas e políticas, em andamento nestas escolas, mesmo que seja importante apontar a redução do total de matrículas que ocorreu no conjunto destas unidades escolares.

A Tendência IV é composta de quatro estados (Amazonas, Mato Grosso, Pernambuco e Distrito Federal) e o seu conjunto de escolas com e sem o ProEMI, os quais apresentam um movimento comum: o aumento do total de matrículas e a queda/estabilização da taxa de abandono. Por sua vez, a reprovação escolar mostrou diminuição em alguns casos e em outros mostrou aumento. Ressalta-se que nesta

tendência, foi incluído o caso do Mato Grosso, que se difere em um dos aspectos comuns entre os conjuntos de escolas.

Evidenciou-se a elevação das taxas de reprovação e a redução do abandono em ambos os conjuntos de escolas investigadas do Mato Grosso e de Pernambuco. No caso específico do Mato Grosso, outro fator chama a atenção: o fato do aumento expressivo da reprovação, que pode ter impactado na diminuição das matrículas no conjunto de escolas sem o ProEMI. A mesma hipótese não se aplica para o Pernambuco, pois o total de matrículas demonstrou crescimento, tanto nas escolas com e sem o Programa.

Importante destacar que no Distrito Federal e no Amazonas foi identificada, no conjunto de escolas com o ProEMI, a melhoria das três categorias analisadas, ou seja, a queda das taxas de reprovação e de abandono, bem como o aumento das matrículas. Tais mudanças podem ter ocorrido em virtude das contribuições do ProEMI, considerando-o no conjunto de outras ações, programas e políticas em andamento nestas unidades escolares.

Com base nas quatro tendências apresentadas acima destaca-se que não foi possível identificar uma tendência unitária ou um movimento comum das taxas de matrícula, de abandono e de reprovação. Os resultados mostraram movimentos diferentes nos dados do fluxo escolar dos estados investigados e do seu conjunto de escolas com e sem o ProEMI. Sendo assim, as possíveis contribuições do ProEMI podem refletir de diversas maneiras em cada ente federado.

### 3. Hipóteses para os resultados encontrados

Em virtude de uma escassa literatura especializada que traga discussões acerca do ProEMI, o presente artigo encontrou alguns limites para analisar os dados levantados com base em um aporte teórico. Em decorrência disso, este texto traz algumas hipóteses analíticas que podem apontar um caminho para as análises referentes à implantação e implementação do Programa e que poderão contribuir para a continuidade de pesquisas que abordem esta temática.

No caso da diminuição do total das matrículas identificada na maioria dos estados e conjunto de escolas analisadas, não é possível atribuir ao ProEMI a responsabilidade por tal resultado, pois nos últimos anos as matrículas do Ensino Médio vem decaindo na esfera estadual, em âmbito nacional<sup>18</sup>. Em outras palavras, a queda das matrículas no conjunto de escolas com ProEMI não pode ser considerado um limite deste Programa.

O ProEMI integra o conjunto de ações, programas e políticas educacionais em desenvolvimento, em cada estado investigado. Desta maneira, não é possível vincular apenas ao Programa as melhorias (ou não) no movimento dos dados de matrícula, de abandono e de reprovação escolar.

Uma hipótese que pode explicar as diferentes tendências do fluxo escolar é a não implantação e implementação do ProEMI no interior das escolas, ou seja, os estados e unidades participantes podem ter realizado a adesão ao Programa, entretanto, ainda não iniciaram o desenvolvimento das ações propostas.

Por outro lado a implantação pode ter ocorrido no interior das escolas, mas as ações desenvolvidas ainda podem ser fragmentadas, não processuais e não simultâneas. O início e/ou a continuidade das mudanças propostas pelos participantes pode estar atrelado ao recebimento dos incentivos financeiros oferecidos pelo ProEMI. Dito de outra maneira, as mudanças curriculares podem ter sido secundarizadas em virtude da prioridade pelos recursos financeiros.

Além disso, a falta de conhecimento dos participantes a respeito das diversas propostas anunciadas pelo ProEMI para o enfrentamento do abandono e da reprovação escolar, pode limitar a organização do trabalho pedagógico e refletir na ausência de melhorias no fluxo escolar.

O aumento dos dados de reprovação e do abandono escolar, bem como a queda das matrículas no conjunto das escolas analisadas podem (ou não) estar vinculados ao ProEMI. Ao pensar na possibilidade de vinculação entre os dados do fluxo escolar e a implantação do Programa, alguns fatores poderiam explicar a falta de resultados ou a

---

<sup>18</sup> No ano de 2007 a esfera estadual atingiu 7.239.523 (86,50%) de matrículas e, em 2011 decaiu para 7.177.019 (85,90%). (Brasil, INEP, 2013)

piora das taxas: limites na implantação e na implementação do ProEMI; a falta de continuidade das ações; a falta de profissionais da educação nas unidades escolares; as escolas se apropriaram dos recursos financeiros e ainda não conseguiram desenvolver as mudanças propostas; a ausência de ações voltadas ao enfrentamento da problemática do fluxo escolar; as limitações no espaço físico das instituições participantes; o Programa não é suficiente para atender e contribuir com todas as demandas históricas das escolas que ofertam Ensino Médio; dentre outros.

Já a diminuição do abandono escolar pode ser decorrente da maior preocupação e de ações mais conjuntas (voltadas ao enfrentamento desta problemática) entre as escolas e as Secretarias de Estado da Educação de cada estado analisado.

Além disso, os alunos podem ter demonstrado maior interesse pela formação humana oferecida pelas escolas de Ensino Médio, ou seja, a maior permanência pode revelar as várias potencialidades deste espaço e os diversos sentidos e significados que são atribuídos pelos jovens à escola.

O ProEMI enquanto um programa indutor de mudanças curriculares poderia trazer maiores contribuições para as unidades participantes desde que as demandas das escolas públicas de Ensino Médio fossem melhores atendidas, como por exemplo, as questões de infraestrutura das escolas, a necessidade de aquisição de equipamentos e recursos pedagógicos, um maior investimento financeiro, as condições de trabalho docente, a formação continuada aos profissionais da educação, dentre outros. Em outros termos, uma política que tem o currículo como centralidade, como o ProEMI, mesmo que disponibilize um apoio técnico e financeiro, não pode ser considerado suficiente para atender todas as dificuldades históricas e as demandas das escolas públicas de Ensino médio.

### Considerações finais

Após o acompanhamento do movimento da adesão inicial e o primeiro monitoramento dos dados do fluxo escolar apresentados neste artigo é possível tecer algumas considerações importantes a respeito do ProEMI.

Mesmo que não tenha sido objetivo do texto isolar ou apresentar as diversas variáveis que poderiam refletir nos resultados escolares, considera-se que vários fatores podem interferir nos dados do fluxo escolar.

Além disso, no cotidiano escolar coexistem e estão integrados um conjunto de ações, de diretrizes, de programas, de políticas educacionais, juntamente com o ProEMI, que convergem para buscar o aumento da qualidade da Educação Básica e a diminuição dos índices de abandono e de reprovação escolar. Diante disso, os resultados encontrados neste primeiro monitoramento dos dados do fluxo escolar podem ser decorrentes (ou não) da implantação do ProEMI, bem como das diversas ações em desenvolvimento em cada estado investigado.

Por isso, o referido Programa não pode ser considerado o único responsável pelos resultados do fluxo escolar e/ou suficientemente capaz de enfrentar e/ou mudar as problemáticas do Ensino Médio brasileiro.

Mesmo que a diminuição do abandono escolar tenha sido expressiva nos dois conjuntos de escolas analisadas, houve um maior movimento de queda deste índice (94%), no conjunto de unidades escolares com o Programa. Constata-se que as unidades participantes conseguiram maior permanência dos estudantes no Ensino Médio, no entanto, esta permanência pode não refletir em melhorias na aprendizagem do aluno. Da mesma maneira, a reprovação não significa que o estudante não tenha aprendido.

Neste caso o ProEMI pode estar contribuindo para o cumprimento do direito à educação e de permanência do estudante na escola, mesmo que para garantir a aprendizagem seja necessário que o estudante leve mais tempo para concluir esta última etapa da Educação Básica.

Em relação ao índice de reprovação constatou-se que 61% dos estados analisados, em seu conjunto de escolas com e sem o ProEMI, apresentaram o aumento desta taxa. Mesmo diante do movimento crescente da reprovação escolar na maior parte dos entes federados, destaca-se que 6 estados e o Distrito Federal (39%) com seu conjunto de escolas com o ProEMI e 4 estados e o Distrito Federal (28%) com seu conjunto de escolas sem o Programa, alcançaram a diminuição deste índice.



O movimento de diminuição do abandono (maior permanência) e o aumento da reprovação, no conjunto de escolas com o ProEMI, não pode ser considerado um limite e/ou uma potencialidade do Programa, pois este movimento também foi identificado no conjunto de escolas sem o Programa. O acompanhamento dos dados do fluxo escolar mostra um novo problema a ser enfrentado no Ensino Médio: garantir as condições para o acesso e à permanência dos estudantes na escola e ainda, fazer com que os alunos aprendam.

Já o monitoramento e acompanhamento simultâneo dos dados de matrícula, abandono e reprovação escolar permitiu a identificação de quatro tendências que revelaram diferentes movimentos do fluxo escolar.

A Tendência I mostrou que 4 estados (22%) com os seus conjuntos de escolas com e sem o ProEMI apresentaram a redução do total de matrículas, a queda da taxa do abandono e o aumento da reprovação escolar.

Os 5 estados (28%) que compuseram a Tendência II demonstraram a diminuição do total das matrículas e a redução da taxa de abandono, tanto no conjunto de escolas com e quanto no conjunto de escolas sem o ProEMI. As taxas de reprovação apresentaram um movimento igual ou diferente entre os dois conjuntos de escolas de um mesmo estado.

Como parte da Tendência III, 5 entes federados (28%) mostraram a redução do total de matrículas somente no conjunto de escolas com o ProEMI. Em contrapartida, os índices de reprovação e de abandono escolar sinalizaram movimentos semelhantes e/ou diferentes entre ambos os conjuntos de escolas de um mesmo estado.

A Tendência IV foi composta por 4 estados (22%) e mostrou dois aspectos comuns nos conjuntos de escolas com e sem o ProEMI: o aumento do total de matrículas e a redução/estabilização da taxa de abandono. A taxa de reprovação apresentou movimentos alternados ora de aumento, ora de diminuição deste índice, entre os dois conjuntos de escolas de um mesmo estado.

Com base nestas quatro tendências do fluxo escolar foi possível identificar que apenas o Amazonas e o Distrito Federal (que representam 11%), com o seu conjunto de

escolas com ProEMI, alcançaram melhorias nas três categorias analisadas (matrícula, reprovação e abandono). Já os estados do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Mato Grosso do Sul (que representam 22%), com o seu conjunto de escolas com o Programa, conseguiram diminuir os índices de abandono e de reprovação escolar. Diante dos resultados encontrados neste monitoramento inicial do ProEMI, constatou-se uma tendência positiva nos dados do fluxo escolar de 33% dos estados participantes. Mesmo que os resultados ainda sejam tímidos ou pouco expressivos, verificou-se um movimento de melhoria do fluxo escolar nestes estados, após a implantação do ProEMI.

Destaca-se que as possíveis contribuições do ProEMI não aconteceram de maneira igual nas escolas participantes, os dados encontrados do fluxo escolar foram heterogêneos em cada estado analisado.

É possível reconhecer que as mudanças curriculares propostas pelo ProEMI são importantes e necessárias, todavia não podem ser consideradas suficientes para alcançar e garantir a qualidade da Educação Básica. Faz-se necessário que políticas curriculares, tal como o ProEMI, venham acompanhadas por políticas educacionais que atendam às questões estruturais da escola, a remuneração e a melhoria das condições do trabalho docente, o suprimento de recursos pedagógicos necessários para o processo de ensino-aprendizagem, a formação e a valorização dos professores e o aumento do financiamento, dentre outros.

Mediante o objetivo de monitorar e mostrar um panorama inicial da implantação e implementação da política, depreende-se que o ProEMI tem potencial para dar continuidade e para ampliar suas contribuições no sentido de buscar melhorias na organização curricular e nos dados do fluxo escolar dos estados e do seu conjunto de escolas participantes.

## Referências

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 11 de 30 de junho de 2009. Apreciação da Proposta de Experiência Curricular Inovadora no Ensino Médio. Relator: Francisco Aparecido Cordão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 ago. 2009(a). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer\\_minuta\\_cne.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_minuta_cne.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. INEP. **Indicadores Educacionais/Educação Básica/Taxas de Rendimento/ Escolas de 2007(a), 2008(a), 2009(b), 2010(a), 2011(a)**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 02 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. INEP. **Microdados/Censo Escolar da Educação Básica 2007(b), 2008(b), 2009(c), 2010(b), 2011(b)**. Disponível em: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso em: 03 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. INEP – **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Portal INEP. <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB/SETEC. **Ensino Médio Integrado: uma perspectiva abrangente na política pública educacional**. Versão preliminar. Brasília, DF, Junho, [2008c]. Documento de circulação restrita ao MEC. Não publicado.

\_\_\_\_\_. MEC/SAE. **Reestruturação e Expansão do Ensino Médio do Brasil**. (Gt Interministerial Instituído Pela Portaria Nº. 1189 de 05 de dezembro de 2007 e a Portaria Nº. 386 de 25 de Março de 2008). Brasília, 2008(d).

\_\_\_\_\_. MEC/SEB. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Abril-2009(d). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_orientador.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf). Acesso em: 14 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Setembro-2009(e). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_orientador.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf). Acesso em: 30 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB/DCOCEB/COEM. **Programa Ensino Médio Inovador: Lista das escolas a serem contempladas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola - exercício 2010**. Documento disponibilizado pela COEM em: 01 mar. 2013. Documento de circulação restrita ao MEC. Não publicado.

\_\_\_\_\_. MEC. Portaria Ministerial nº 971, de 09 de outubro de 2009. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 set. 2009(f). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=3911&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3911&Itemid=)>. Acesso em 26 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB. **Programa: Ensino Médio Inovador.** Documento Orientador. 2011(c).  
Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_orientador.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf).  
Acesso em: 26 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB. **Programa: Ensino Médio Inovador.** Documento Orientador. 2013.  
Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_orientador.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf).  
Acesso em: 15 mar. 2013.